

Munhoz vê nas medidas ameaça à democracia

Ao analisar as implicações das medidas econômicas anunciadas ontem pelo Governo, o economista Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, afirmou que elas penalizam as classes menos favorecidas da população e podem levar ao fechamento do regime, consequência do custo político para satisfazer as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). O economista considera que as medidas adotadas "são inócuas", já que no seu entender a inflação, com a política atual, "é incontível" e desestabiliza o País".

LIBERDADE

Para Dércio Munhoz, o FMI quer uma liberdade contratual e precisa de uma política recessiva. "É preciso enfraquecer os sindicatos para dar salários irreais, ou seja, reajustes menores que os preços e com isso cortar a inflação", acrescentando que "esse modelo exige liberdade de contratação, porque na fragilidade do trabalhador diante do grande número de desempregados é que se consegue a redução dos salários".

— Isso significa que o programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional é elitista, o que vem a demonstrar que a ciência econômica não é neutra, ela é acionada contra o grupo de menor renda, afirmou Dércio Munhoz.

DESESTABILIZAÇÃO

Segundo o economista, o quadro se complica ainda mais quando o o programa de estabilização do FMI, ao determinar desvalorizações cambiais acentuadas, ao defender a liberdade das taxas de juros e ao determinar a retirada dos subsídios, "provoca um grande aumento de custos dentro da economia, já que as empresas para evitarem a falência têm que jogar esses custos para os preços de seus produtos", disse.

— O programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional desestabiliza o País, já que o ajuste das rendas só se faz via taxa de inflação muito elevada, resultando daí o arrocho salarial, a tensão social e o fechamento do regime político - afirmou o economista.

Com relação a parte do decreto anunciado ontem que se refere à possibilidade de ocorrer negociações, à época dos reajustes salariais, entre patrões e empregados, o economista Dércio Munhoz afirma que essa prática poderá generalizar-se, "já que a maioria das empresas está em dificuldades financeiras elas vão transferir para os assalariados uma sobrecarga muito maior, ou seja, onde os sindicatos forem fracos essa prática poderá se generalizar", concluiu.